

**ATIVIDADE LABORAL EM DISCURSO:
TENSÕES E GESTÃO DOS USOS DE SI EM JORNAIS DA EMPRESA HERA**

**LABOR ACTIVITY IN SPEECH:
TENSIONS AND USES OF ONESELF AT THE COMPANY HERA'S
MAGAZINE**

Profa Gislene Feiten Haubrich (Doutoranda)
PPG em Processos e Manifestações Culturais / Universidade Feevale
gislenh@gmail.com

Prof. Dr. Ernani Cesar de Freitas
Universidade Feevale
(Orientador)

Resumo: O estudo visa compreender como as tensões da gestão dos usos de si, na atividade laboral, são evidenciadas no ato de linguagem da empresa *Hera*. Trata-se de um estudo de caso, com abordagem qualitativa ancorada na análise teórico-ergo-discursiva. O *corpus* é composto por editoriais do jornal da empresa, publicados no período de janeiro/2012 a junho/2014. A análise é sustentada pela proposta semiolinguística de Charaudeau (2010) e o marco teórico decorre das noções de atividade laboral (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007) e relações de poder (FOUCAULT, 2007; GALBRAITH, 1989). Como resultado principal pode-se apontar que o discurso da Hera seja normalizador, na intenção de restringir espaços do dizer e produzir efeitos de “verdade”, além de outorgar aos trabalhadores a vigilância uns dos outros, aspectos que tendem a estimular a competitividade.

Palavras-chave: Trabalho. Discursos. Poder. Jornal de empresa.

Abstract: The study aims to understand how the tensions of management of the uses of oneself, in labor activity, are highlighted in the discourse of *Hera's* company. This is a case study with a qualitative approach and is anchored at theoretical-ergo-discursive analysis. The *corpus* consists of editorials of the company's magazine, published between January/2012 to June/2014. The analysis is supported by semiolinguistics proposed by Charaudeau (2010) and the theoretical framework stems from the work activity notions (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007) and power relationships (FOUCAULT, 2007; GALBRAITH, 1989). The main result points out that the speech of *Hera* is normalizing, with the intention of restrict conversation spaces and wants produce effects of "truth", beyond to grant for workers mutual surveillance, aspects that tend to encourage competitiveness.

Keywords: Work. Discourses. Power. Enterprise's magazine.

Considerações Iniciais

Múltiplos são os olhares investidos à noção de trabalho. Desde os gregos, trabalhar é uma ação com restrito valor social/simbólico, visto que se associa ao sacrifício, à punição ou mesmo ao apagamento do ser em função do resultado material da produção. No entanto, estudos dos ergonomistas da atividade, em oposição às exigências tayloristas, manifestam uma perspectiva fundante para a transformação do olhar investido ao fazer laboral: a distância entre o prescrito e o real. Assim,

compreende-se que as prescrições, embora sejam importantes, pois servem como base à atuação do sujeito, elas não são cumpridas mecanicamente: o trabalhador, por diferentes questões envolvidas na situação de trabalho, faz escolhas e modifica o processo de produção proposto pela norma. Fundamentado por esses elementos, o ponto de vista da atividade de trabalho é ampliado com os estudos da Ergologia, que remontam o início da década de 1980, na França. Sob essa perspectiva, compreende-se o trabalho enquanto permanente desconforto intelectual que transcorre em situação singular e única; irrepetível. Evidencia-se o momento em que o *corpo-si*, o trabalhador, investe seus saberes para realização de sua atividade. Tais saberes não são apenas os aprendidos por meio da teoria e da técnica, mas, sobretudo, baseiam-se na experiência de cada ser.

A perspectiva de Bakhtin (2015) entrelaça-se com a proposta ergológica ao tratar da interação verbal, também edificada de modo singular e em permanente movimento por meio dos enunciados proferidos. Esse autor salienta que todos os enunciados são dialogicamente constituídos, pois aquele que enuncia é orientado e responde ao outro por meio da palavra coletivamente valorada e tensionada. Nesse sentido, o enfoque dialógico bakhtiniano permite ao analista do discurso olhar para a materialidade semiológica que dispõe com a possibilidade de problematizá-la, permeando a tessitura filosófica que está imbricada em todo o processo analítico. É no tramar destes fios que este estudo ensaia uma alternativa para compreender a dinâmica da atividade de trabalho no universo das normas antecedentes, do prescrito. Para tanto, parte-se da compreensão de que as premissas que sustentam as noções de atividade e de dialogismo, por vezes, são desconsideradas no processo de produção dos discursos organizacionais, visto que o caráter informacional intenta sobrepor-se à intervenção do interlocutor na construção de sentidos. Desse modo, reconhece-se que, mesmo inerente, a perspectiva sociocultural do trabalho é secundária às estruturas da enunciação na comunicação organizacional.

Diante desta breve contextualização e com propósito de refletir sobre as práticas discursivas organizacionais, com os holofotes [ora] voltados ao prescrito, o estudo tem o objetivo de compreender como as tensões da gestão dos usos do *corpo-si*, na atividade laboral, são evidenciadas pelo ato de linguagem da empresa *Hera*. Diante de tal escopo, delimita-se o estudo de caso, cuja abordagem é qualitativa e está ancorada na análise teórico-ergo-discursiva. No âmbito discursivo, são considerados o ato de linguagem, o contrato de comunicação e as estratégias de organização discursivas (CHARAUDEAU, 2010). Os apontamentos ergológicos referem o uso de si pelo outro e uso de si por si

(SCHWARTZ; DURRIVE, 2007). Concebem-se as categorias teóricas a partir da tensão entre os usos do corpo-si perante as relações de poder (GALBRAITH, 1989; FOUCAULT, 2014). Por fim, esboça-se a identidade do sujeito destinatário, projetada pelo sujeito enunciador e expressa no discurso proferido pelo sujeito comunicante. O corpus é composto por oito editoriais do jornal da empresa, publicados no período de janeiro/2012 a junho/2014. A *Hera* é uma empresa de automação industrial localizada no Vale do Sinos e contava, no período da coleta de dados, com cerca de 440 trabalhadores entre as áreas de P&D e fábrica. O artigo é estruturado com uma breve apreensão conceitual e segue com a abordagem do caso em estudo.

Discurso, poder e trabalho: diálogo para a compreensão da atividade

Fairhurst e Putnam (2010, p. 105) atestam: “as organizações são construções discursivas porque o discurso é a real fundação sobre a qual a vida organizacional é construída”. A partir desse pressuposto, procura-se construir o arcabouço teórico que orienta a análise dos editoriais do jornal da empresa *Hera* no estudo das tensões entre os usos de si na atividade. A noção discursiva que sustenta o olhar investido neste estudo advém da semiolinguística de Charaudeau (2004, 2010). Conforme esse autor, o ato de linguagem se constitui da atuação de quatro sujeitos: dois seres sociais (EUc-TUi) e dois seres de fala (EUe-TUd).

Interessa mencionar que, para Charaudeau (2010), o processo comunicativo ocorre como um jogo de intencionalidades no qual aquele que comunica (EUc) pretende envolver aquele que interpreta (TUi). Para tanto, vale-se de estratégias discursivas delineadas pelos seres de fala: enquanto o enunciador (EUe) seleciona e manifesta as temáticas e intenções do seu discurso, preocupa-se também com o destinatário (TUd) e as possíveis construções de sentido que ele possa fazer perante o contexto que envolve a troca linguageira. A ação desses sujeitos decorre do contexto que contempla tanto as circunstâncias quanto à própria situação da comunicação, que “é como um palco, com suas restrições de espaço e de tempo, de relações, de palavras, no qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui seu valor simbólico” (CHARAUDEAU, 2012, p. 67).

Assim, as interações são orientadas por contratos ou acordos socialmente instituídos que permitem e orientam a enunciação discursiva. Este contrato comunicacional é composto por dados internos e externos. Os primeiros se referem ao movimento de projeção realizado pelo EUc, através do diálogo entre EUe e TUd no

quadro propriamente discursivo. Aos dados internos vinculam-se quatro princípios de organização: enunciar, descrever, narrar e argumentar. Os dados externos advêm da identidade dos sujeitos, da finalidade e do propósito do discurso, além do dispositivo adotado para mediar a interação. Charaudeau (2004) destaca que as finalidades discursivas implicam as relações de força, cuja expressão é evidenciada por visadas comunicativas. Duas delas assumem destaque para este estudo: 1) Visada de informação - a ação do EU visa fazer-saber enquanto a ação do TU é dever-saber. Trata-se de uma tentativa de promover uma relação com a “verdade”; 2) Visada de captação - o EU almeja fazer-sentir e ao TU cabe dever-sentir mediante uma relação de persuasão.

A proposição charaudeana do jogo de intencionalidades motiva a inclusão da noção de poder a análise discursiva. Nesse caso, opta-se por dois olhares diferentes, mas que em conjunção podem auxiliar na digressão que se propõe. Inicia-se pela argumentação de Galbraith (1989) que delimita três formas de manifestação do poder. As duas primeiras categorias da noção de poder, para esse autor, aproximam-se, pois referem-se à rejeição da própria vontade em função da vontade do outro. O que diferencia o poder condigno do compensatório é o percurso de reconhecimento. Enquanto no primeiro há sofrimento e busca-se eliminá-lo, no segundo, a gratificação ofertada justifica a renúncia dos interesses inicialmente pensados. De fato, os interesses se transformam. Diante disso, percebe-se que as duas primeiras abordagens se caracterizam pela objetividade, enquanto uma terceira forma de expressão do poder, o poder condicionado, é subjetivo e seu exercício tende a ser implícito ou simbólico.

Complementa-se a proposta de Galbraith (1989), com os pressupostos metodológicos apresentados por Foucault (2014) para análise do poder. Para esse autor, o poder estabelece-se em relações assimétricas e dinâmicas, sendo uma força que circula e que funciona em cadeia no/pelo embate discursivo. Foucault (2014) evidencia dois esquemas de análise do poder: contrato > opressão e dominação > repressão. É sobre o segundo que se discorrerá brevemente, visto que traz contribuições interessantes ao estudo. Nesta perspectiva, a observação se dá por meio das ramificações do poder na sociedade. A dominação não é polarizada, mas compartilhada e assumida diante do resultado do embate expresso discursivamente. Tal qual é a repressão, que se caracteriza como efeito das relações de dominação.

Nesta perspectiva, as normas coletivamente instituídas determinam “verdades” que quando assimiladas por instituições passam ser usadas como instrumentos de dominação. Desse processo emergem consensos que estão implicados nas relações de

força entre os indivíduos. Sugere-se, assim, que a aproximação ou o afastamento nas interações sociais decorre da interpelação das instituições, mediante os discursos manifestos e que sustentam as escolhas feitas pelos sujeitos no momento do embate discursivo. Desse modo, a organização social possibilita a visualização da materialidade das punições e da delegação do poder de punir em função dos comportamentos institucionalmente propagados e assimilados. Os sentidos e saberes institucionalizados são tratados, então, como técnicas e táticas de dominação.

A perspectiva foucaultiana pode ser vinculada à noção de trabalho adotada para este estudo. De acordo com Durrive (2011, p. 49), “o que caracteriza o homem é, na verdade, a capacidade de se mover dentro de um universo de normas”. E normas são, sobretudo, expressões discursivas. Compreende-se o movimento indicado por Durrive a partir da noção de *dramáticas dos usos de um corpo-si*, desenvolvida por Schwartz (2014). O termo “dramática” pode ser associado à noção do ato de linguagem, de Charaudeau (2010), ou seja: a encenação discursiva protagonizada pelos seres de linguagem para produção de sentidos e expressão de intencionalidade. No entanto, remete também ao entendimento de que a situação (ou palco) laboral é única e irrepetível, pois os elementos imbricados em cada interação são diferentes e exigem/permitem ao sujeito diferentes formas de resposta.

As possibilidades de produção da resposta do trabalhador referem-se à noção de atividade humana do trabalho. Existem diversos discursos normativos que perpassam o universo laboral e cabe ao sujeito recorrer a essas prescrições, interpretá-las e (re)normalizá-las. Dito de outro modo, “fazer uso de suas próprias capacidades, de seus próprios recursos e de suas próprias escolhas” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 192). Assim, conforme define Schwartz (2000, p. 41), “trabalho é uso de si”. Uso de si pelo outro, por aquele que demanda a intervenção do “eu” e manifesta-se mediante normas antecedentes e prescrições que podem ser explícitas ou implícitas. O propósito é orientar a ação, o que atribui relevância à norma, pois a evolução dos processos decorre justamente da renormalização. Quer dizer, a leitura e a interpretação da norma são atividades singulares que implicam o uso de si por si, que “é, sobretudo, administrar-se como sujeito em atividade, ou seja, fazer uso de si como corpo físico e como si” (FÍGARO, 2009, p. 36).

Diante do diálogo entre as categorias teórico-ergo-discursivas brevemente delimitadas e os discursos dos editoriais do jornal da empresa *Hera*, acredita-se que podem ser identificadas evidências para a compreensão da dinâmica da atividade de

trabalho no universo das normas antecedentes. Do prescrito mediante a tensão dos usos de si. A sequência do artigo apresenta, a partir das pistas discursivas, reflexões acerca dos possíveis interpretativos produzidos pela leitura crítica dos discursos organizacionais. Para além do olhar da produção da informação, enfatiza-se a interação perante a inclusão da dimensão da alteridade no rastro do *corpus* selecionado.

O rastro dos editoriais: pistas e tensões na atividade do corpo-si

Da breve exposição do arcabouço teórico pode-se realizar alguns apontamentos acerca da tensão dos usos de si na atividade laboral, evidenciados pelo ato de linguagem em editoriais do jornal da empresa *Hera*, no período delimitado para este estudo. A fim de orientar a leitura desta análise, parte-se do olhar do uso de si pelo outro, mediante prescrições e normalizações, para a posterior indicação de elementos relacionados ao uso de si por si. O encontro desses usos de si mediados pela noção de poder encerra o processo analítico. No entanto, opta-se por iniciar tal processo com a síntese das categorizações discursivas da semiolinguística de Charaudeau (2010), visto que é no discurso que se encontram as pistas para a investigação proposta. Desenvolvem-se, então, as concepções de situação e contrato de comunicação.

Quanto a situação de comunicação (CHARAUDEAU, 2010) em enfoque, destaca-se que o palco é delimitado pelo jornal de empresa, ou seja, uma relação monologal estabelecida entre sujeito e texto, cuja peculiaridade é a multiplicidade de parceiros de linguagem. A figura do comunicador (EUc) é assumida pela empresa *Hera*, que ao se projetar como enunciativa (EUe) assume a posição de disseminadora de saberes mediante um elevado volume de prescrições. O destinatário (TUD) é idealizado como uma figura passiva, assimilada e persuadida por prescrições organizacionais. De outro modo, o analista do discurso, na posição de interpretante (TUi), busca problematizar essa relação pretendida entre o enunciativo e destinatário (EUe e TUD).

As características identitárias da *Hera* e sua classe trabalhadora podem ser sintetizadas: 440 funcionários¹, sendo 319 homens e 121 mulheres, cuja alocação é dividida entre sede, fábrica e filiais em nove diferentes cidades brasileiras. Quanto a escolaridade, a classe trabalhadora se mostra heterogênea: 39% possuem ensino fundamental, médio ou técnico, completo ou incompleto, enquanto 61% possuem ensino superior ou pós-graduação, completo ou incompleto. Salienta-se ainda que a

¹ Dados de 04/11/2014. Sabe-se, entretanto, que no ano de 2015, a empresa *Hera* reduziu seu quadro de trabalhadores em cerca de 50%.

condição de enunciação construída pelo ato de linguagem visa oportunizar apenas à organização a apresentação de saberes, além da restrição do diálogo e interesse em estabelecer uma hegemonia de valores e perspectivas.

O modo de organização discursivo argumentativo (CHARAUDEAU, 2010) sustenta os enunciados por meio de explicações que encerram o processo informacional e visam neutralizar as renormalizações inerentes ao ambiente organizacional. Exemplifica-se tal afirmação com um excerto dos editoriais, na edição 79, cujo modo enunciativo que sustenta a construção textual é o alocutivo, ou seja, “com o seu dizer, o *implica* e lhe impõe um comportamento”. (CHARAUDEAU, 2010, p. 82, grifo do autor). Em “por outro lado, nós mesmos *devemos nos comportar* de forma a demonstrar nosso estado de espírito mais importante: estar de bem com a vida!”, o enunciador modaliza um estado de espírito, “estar de bem com a vida”, elemento indiscutivelmente subjetivo e não passível de normalização. Esse uso de si pelo outro é imposto ao trabalhador que tem seu processo de sujeição implicado.

Exemplo semelhante é encontrado na edição 78 que, entretanto, é estabelecido perante a função elocutiva do modo enunciativo. Em “Hoje é necessário colocar nossa inteligência dentro da máquina e a máquina dentro da indústria. É isso que estamos fazendo na Unidade de Painéis [...]”, fica evidente a intenção de engajamento do outro, mediante a produção de um efeito de verdade que anula novamente a subjetividade humana do processo laboral. No entanto, tal olhar não se sustenta quando se toma como base a perspectiva da atividade humana do trabalho. Na realização de seu fazer o trabalhador, *corpo-si*, “locus de debate de normas” (SCHWARTZ, 2014, p. 259), recebe a norma, a interpreta e a renormaliza, sem a possibilidade de repeti-la, pois os elementos que compõem o contexto já não são os mesmos. O oposto aparece como intenção daquele que enuncia.

O elevado volume de prescrições presente nos enunciados dos editoriais analisados manifesta certa inflexibilidade ao investimento das competências particulares no exercício da atividade laboral. Em contrapartida, a organização determina como seus valores a inovação, o empreendedorismo e o conhecimento, por exemplo, eventos que exigem a ação criativa do sujeito “para criar produtos que surpreendam”. (Edição 83). Nesse ponto, busca-se identificar a incitação ao uso de si por si que é prestada pela *Hera* nas proposições divulgadas nos editoriais. Salienta-se que dos oito editoriais analisados, quatro utilizam a expressão “profissionais altamente qualificados” para caracterizar os trabalhadores. Por um lado, pode-se inferir que se reconhece o potencial dos

trabalhadores. Por outro lado, percebe-se a delimitação de um perfil esperado pela organização mediante a qualificação profissional e acadêmica dos sujeitos.

A gratidão também é modalizada a partir de enunciados que reconhecem a relevância do investimento dos saberes do trabalhador no uso de que faz de si (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007). Exemplifica-se com excertos da edição 77: “graças ao trabalho de muitas pessoas que dedicaram entusiasmo, coragem e disposição”; na edição 79: “mostrando espírito empreendedor”; e ainda na edição 80: “O Brasil sabe que a Hera é uma empresa extremamente competente [...] Aqui contamos com profissionais qualificados que dedicam seu tempo na criação de soluções inovadoras com tecnologia de ponta”. A construção enunciativa em evidência nestes trechos é a elocutiva (CHARAUDEAU, 2010) através da expressão do ponto de vista da organização.

Em contrapartida, de forma explícita, apenas algumas áreas têm seu potencial produtivo reconhecido, como é o caso do P&D. Nas edições 80 e 81, respectivamente, afirma-se: “tudo isso não seria possível sem o trabalho duro de nosso P&D, que desenvolveu um produto que entusiasmou o mercado internacional”; “as atualizações da Série ABC, que continua a ser estudada e renovada em nosso processo de Pesquisa & Desenvolvimento”. Percebe-se que o enfoque do jornal está em elevar o setor de P&D ao patamar de diferencial da empresa no mercado, visto que, além dessas asserções nos editoriais, a composição desse canal (páginas 3 a 7) se constitui fundamentalmente da apresentação de produtos e soluções em matérias escritas por funcionários dessa área.

Nos exemplos das edições 80 e 81 fica evidente, ainda, a valorização do trabalhador que “coloca-se por inteiro em atividade [que] põe em movimento a energia de seu corpo, seus sentidos, sua experiência física e intelectual - o corpo em relação ao meio, aos instrumentos e técnicas”. (FÍGARO, 2009, p. 35). A ação transgressora e criadora dos sujeitos (TRINQUET, 2010) é incentivada e atestada, o que converge com os valores da organização. Entretanto, referência semelhante não é aplicada aos trabalhadores da fábrica. Na Edição 78, ao investir o olhar à fábrica de painéis, o enunciador evidencia a produção de “painéis de automação [...] [que] são o cérebro dos complexos sistemas de produção e infraestrutura”. O enfoque está no produto. Os sujeitos envolvidos na realização do processo são apagados e o potencial de desenvolvimento é atribuído às máquinas.

Uma circunstância discursiva relativa à situação de comunicação (CHARAUDEAU, 2010) em análise é o negócio da empresa, a automação dos

processos industriais e, nesse caso, se justifica o interesse em mostrar no jornal, que circula entre clientes, competências a partir dessa temática. Porém, ao considerar a classe trabalhadora, que também tem acesso ao periódico, o destaque à atividade de uns e a baixa relevância ao trabalho de outros tende a ocasionar problemas de relacionamento e conflitos no ambiente organizacional. No caso da fábrica, a atividade é percebida como execução plena de prescrições e os sujeitos são vistos como engrenagens das máquinas, sem o investimento de qualidades particulares na atividade. Em oposição, tal característica é reconhecida, valorizada e instigada aos trabalhadores setor de P&D.

Diante dos apontamentos realizados até o momento é notável a relevância de investigar as dramáticas dos usos de si a partir das noções de relações de poder, posto que elas são inerentes aos processos laborais. Embora a *Hera* intente a homogeneização de perspectiva acerca do que se deve fazer, visto a realização de um ato de linguagem prescritivo, cuja intenção é representar a anulação dos conflitos e das diferenças, tal cenário é utópico. A uma pluralidade de interesses e a permanente negociação entre os trabalhadores são fatos que implicam as interações na organização. O conflito de perspectivas e a disputa de sentidos constituem o ambiente laboral e isso é alheio a vontade da organização. Conforme aponta Morgan (2011, p. 163), “o poder é o meio através do qual conflitos de interesses são, afinal, resolvidos”.

A tentativa de imposição de uma conduta aos trabalhadores decorre, principalmente, do exercício do poder condicionado (GALBRAITH, 1989). Alguns excertos contribuem para esse entendimento: “[...] Como referência nacional de empresa de base tecnológica, é dever da *Hera* contribuir para o crescimento desta entidade [...]” (Edição 81); “Mantivemos nossa tendência pioneira, nos tornando a primeira companhia do estado a ingressar neste segmento da bolsa”. (Edição 82); “São estas companhias que ajudam a reduzir o grande déficit de nossa balança comercial no segmento de eletrônica. Não é pela mera manufatura de produtos que vamos pagar a conta do conhecimento”. (Edição 83). Nesse caso, a organização visa justificar as ações tomadas, além de evitar questionamentos acerca delas. Utiliza, então, a modalização do condicionamento comportamental que advém de padrões sociais e não pode ser menosprezado.

A elaboração dos enunciados apresentados ancora-se especialmente na visada comunicativa de incitação (CHARAUDEAU, 2004). Ela é utilizada com o propósito de atribuir ao interpretante do discurso (TU_i) a decisão final sobre algum impasse. Porém,

os argumentos empregados pelo EUC influenciam a construção da interpretação, como se dissesse: “recomendamos isso, porém, você tem “liberdade” para escolher como fará isso”. O locutor visa “mandar fazer” (*faire faire*), mas não estando em posição de autoridade, não pode se não incitar a fazer; ele deve, então, “fazer acreditar” (por persuasão ou sedução) ao TU que ele será o beneficiário de seu próprio ato”. (CHARAUDEAU, 2004, s. p.). Salienta-se que tal condicionamento, associado a crença de que as prescrições atendam às necessidades interacionais dos sujeitos, conduz a uma provável produção de informações no âmbito informal.

O contexto normatizador e redutor que permeia os usos de si na realização da atividade laboral conduz uma breve reflexão acerca das precauções metodológicas para análise do poder, no esquema dominação-repressão, estudado por Foucault (2014). Esse ponto de vista permite a investigação de elementos discursivos que contribuem ao entendimento da produção de sentidos sobre a atividade, na situação de comunicação enquadrada pelo conjunto de editoriais. Nesse caso, cabe considerar as organizações enquanto forma institucionalizada do exercício do poder, visto o interesse da *Hera* na determinação e conservação dos sistemas produtivos, que mantêm o sujeito externo/apagado da atividade.

Diante disso, o ato de linguagem da *Hera* permite “examinar como a punição e o poder de punir materializavam-se em instituições locais, regionais e materiais” (FOUCAULT, 2014, p. 282). O discurso prescritivo disponível para todos os interlocutores atribui a eles a autoridade para monitorar os demais. Embora haja direcionamento ao papel das lideranças quanto a essa fiscalização, uma vez divulgado o dito, ele passa a fazer parte das normas que orientam as práticas laborais e a elas traz implicações, renormalizações mediante a interação, interpretação e transgressão. Como resultado possível, infere-se o estímulo à competitividade, por exemplo, que para os trabalhadores do P&D pode fomentar o desenvolvimento e aprimoramento. Porém, dissociada das práticas reconhecidas e destacadas pela organização, a competitividade tende a gerar conflitos na atividade dos trabalhadores da fábrica.

A institucionalização de saberes por meio de técnicas e táticas de dominação (FOUCAULT, 2014) é facilmente vislumbrada perante o corpus em análise. Os editoriais representam uma forma de repressão comportamental perante o elevado volume de prescrições. Elas evidenciam uma intenção de uniformização da ação dos trabalhadores, além da dimensão informacional das relações estabelecidas na organização, que desvincula o diálogo das práticas bem quistas no ambiente laboral. Tal aspecto relaciona-se à reflexão acerca do processo de sujeição dos trabalhadores, que é altamente controlado e desencadeado por uma perspectiva que menospreza os sentidos gerados em situação e as interações vivenciadas por meio da atividade.

Aspectos como esses sugerem que existam perfis adequados ou inadequados à atividade e à organização, aspecto considerado na definição da identidade projetada (EUC>TUD) do trabalhador, enquanto destinatário ideal desse ato de comunicação

(CHARAUDEAU, 2010). Desse modo, o destinatário é percebido como imerso aos objetivos de negócio da Hera, seja por seu prévio interesse, seja por imposição da empresa. Só permanece quem se adéqua e busca produzir dentro dos parâmetros determinados. Apenas parte do grupo de funcionários é percebido como essencial, enquanto a outra não é referenciada como tal. Entretanto, em ambos os casos, interessa apenas o resultado da ação, não a atividade em si.

Considerações Finais

Próximo do fim, esse percurso reflexivo exalta a relevância de reinvestir o olhar ao trabalho para, então, reinterpretá-lo e (re)normalizá-lo. Enquanto prática sociocultural, o trabalho é um espaço fecundo para reconhecer o processo de representação identitária e de sujeição dos indivíduos. Nesse sentido, pode-se problematizar a simplificação promovida pela perspectiva que relaciona mundo e mercado. Se o trabalho é complexificado com a superação de um ponto de vista economicista para outro, antropológico, da atividade humana, então é possível identificar percursos cuja ênfase seja a intervenção do trabalhador na prescrição e na transformação cotidiana.

Enquanto lócus de encontro e embate discursivo, o ambiente organizacional se estrutura mediante os diversos jogos de intencionalidade experimentados pelos trabalhadores no uso de si por si com vistas ao uso de si proposto pelo outro. O diálogo entre organização e sociedade se estabelece a partir da cultura, sendo inerentes intervenções de um ao outro. Assim, faz sentido investir atenção aos movimentos provenientes da relação dominação – repressão em ambos os espaços e considerando as escolhas do sujeito nesse processo, pois os condicionamentos comportamentais culminam com a aceleração ou redução de impactos nas interações entre indivíduos e coletivos.

Por fim, diante dos elementos apresentados, pode-se apontar que o discurso da *Hera* é normalizador, com a intenção de restringir espaços de dizer e para produzir efeitos de “verdade”, além de outorgar aos trabalhadores a vigilância uns dos outros, aspectos que tendem a estimular a competitividade. As possíveis coerções emanadas do “dizer para fazer” e a crença de que as prescrições atenderiam às necessidades interacionais dos sujeitos na atividade laboral podem reduzir a comunicação nas organizações a simples simulacros de produtividade no desempenho organizacional,

além de manter o enfoque contraproducente da noção de trabalho e o olhar que desconsidera a capacidade criadora do sujeito na atividade.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. **Visadas Discursivas, Gêneros Situacionais e Construção Textual**. 2004. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Visadasdiscursivas-generos.html>. Acesso em: 10 jun. 2013.

_____. **Linguagem e Discurso: modos de organização**. Trad. Angela M.S. Corrêa e Ida Lúcia Machado (coordenação de tradução). São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **Discurso das Mídias**. Tradução Angela M.S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2012

DURRIVE, Louis. A Atividade Humana, Simultaneamente Intelectual e Vital: esclarecimentos complementares de Pierre Pastré e Yves Schwartz. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.9, supl.1, p.47-67, 2011.

FAIRHUST, Gail T.; PUTNAM, Linda. As Organizações como Construções Discursivas. In: MARCHIORI, Marlene (org.). **Comunicação e Organização: reflexões, processos e práticas**. São Caetano do Sul: Difusão, 2010. p. 103 – 148.

FÍGARO, Roseli. Comunicação e Trabalho: binômio teórico produtivo para as pesquisas de recepção. **Mediaciones Sociales: Revista de Ciencias Sociales y de la Comunicación**, Madrid, n. 4, p. 23-49, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GALBRAITH, J. Kenneth. **Anatomia do Poder**. São Paulo: Pioneira, 1989.

MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização**. São Paulo: Atlas, 2011.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e uso de si. In: **Pró-Posições**. Campinas, v.11, n. 2 (32), p.34-50, 2000.

_____. Motivações do Conceito de Corpo-si: corpo-si, atividade, experiência. In: **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v. 49, n. 3, p. 259- 274, 2014.

_____. DURRIVE, Louis. (org.). **Trabalho e Ergologia: conversas sobre a atividade humana**. Niterói: EdUFF, 2007.

TRINQUET, Pierre. Trabalho e Educação: o método ergológico. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 93-113, ago. 2010.